



**GEOGRAFIA E GÊNERO NO BRASIL: uma análise da feminização do campo científico<sup>1</sup>**

*GEOGRAPHY AND GENDER IN BRAZIL: an analysis of the profile of the feminization in the scientific field*

*GEOGRAFÍA Y GÉNERO EN BRASIL: un análisis de la feminización del campo científico*

Joseli Maria Silva

Grupo de Estudos Territoriais  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Campus Uvaranas  
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 -  
CEP 84030-900. Ponta Grossa - Paraná.  
E-mail: joselisilva@uol.com.br

Alides Baptista Chimin Junior

Grupo de Estudos Territoriais  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
E-mail: alides.territoriolivre@gmail.com

Emilson Peracetta Filho

Grupo de Estudos Territoriais  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
E-mail: emilson.geografia@gmail.com

Rodrigo Rossi

Grupo de Estudos Territoriais  
Universidade Estadual de Ponta Grossa  
E-mail: mimdigo@gmail.com

---

<sup>1</sup> Trabalho escrito por por pesquisadores(as) do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR.

## Resumo

O texto tem por objetivo analisar a (in)visibilidade das mulheres como tema de interesse da ciência geográfica brasileira, bem como seu perfil de produtoras do conhecimento deste campo de saber. Nesse sentido, foram realizadas análises que envolveram dois eixos fundamentais. O primeiro considerou a presença feminina nas estruturas organizacionais da academia na área de Geografia, e o segundo eixo interpretativo esteve centrado na produção científica brasileira, observando tanto o perfil feminino de elaboração intelectual, quanto os temas relativos às relações de gênero ou mulheres. A análise empreendida permite a afirmação de que, apesar da crescente feminização da Geografia brasileira, o discurso científico tem se mantido pouco permeável à expansão da compreensão das relações entre espaço e gênero. Tal impermeabilidade está alicerçada tanto na hegemonia masculina nos postos de poder como na reprodução da versão epistemológica androcêntrica e eurocentrada.

**Palavras-chave:** geografia, ciência, gênero.

## Abstract

The text aims at analyzing the (in)visibility of the women as subject of interest of the Brazilian Geographic Science, as well as its profile as knowledge producers in this field. Thus, analyses involving two fundamental bases were carried out. The first one considered the female presence in the organizational structures of the academy in the area of Geography and the second interpretative basis was centered in the Brazilian scientific production, observing both the female profile concerning intellectual elaboration and matters related to gender or women relations. The undertaken analysis admits saying that despite the increasing feminization of the Brazilian Geography, the scientific discourse has been kept with little access to the expansion of the understanding of the relations between space and gender. Such inaccessibility has the foundation both in the male hegemony occupying leadership positions and in the reproduction of the androcentric and eurocentric epistemology version.

**Keywords:** geography, science, gender.

## Resumen

El texto tiene por objetivo analizar la (in)visibilidad de las mujeres como tema de interés de la ciencia geográfica brasileña, y también su perfil de productoras del conocimiento de este campo del saber. En ese sentido, fueron realizados análisis que involucraron dos ejes fundamentales. El primero consideró la presencia femenina en las estructuras organizacionales de la academia en la área de Geografía, y el segundo eje interpretativo estuvo centrado en la producción científica brasileña, observando tanto el perfil femenino de elaboración intelectual como los temas relativos a las relaciones de género o mujeres. El análisis emprendido permite la afirmación de que, a pesar de la creciente feminización de la Geografía brasileña, el discurso científico se ha mantenido poco permeable a la expansión de la comprensión de las relaciones entre espacio y género. Tal impermeabilidad está cimentada tanto en la hegemonía masculina en los puestos de poder como en la reproducción de la versión epistemológica androcéntrica y eurocentrada.

**Palabras clave:** geografía, ciencia, género.



## **Introdução**

Este trabalho parte de uma questão que há alguns anos vem nos instigando: por que os temas de gênero são pouco visíveis na Geografia brasileira? Tal questão se estabeleceu como meta de investigação a partir do encontro ocorrido no Grupo de Estudos Territoriais entre pessoas que têm realizado esforços em produzir uma geografia pautada nas relações de gênero. Durante nossas discussões, a troca de experiências nos levava a refletir sobre o alcance da centralidade da perspectiva de gênero nas Ciências Sociais e a contraditória impermeabilidade da ciência geográfica a ela, visto que a Geografia é uma ciência da sociedade. Qualquer ciência, cujo foco de análise seja as relações humanas, deve ter em conta que a humanidade não é uniforme, que a diferença entre homens e mulheres é uma das principais categorias de análise e permeia todas as sociedades, embora apresentem distinções ao se considerarem os contextos urbano, rural, religioso, econômico e muitos outros.

A extraordinária importância dos movimentos de mulheres ao longo de décadas e a força do feminismo latino-americano, considerado um dos maiores do mundo – uma vez que combina reflexões teóricas e o ativismo político, marcado pelo compromisso com a melhoria da sociedade através de relações de gênero – passam despercebidos pela Geografia brasileira.

O avanço dos estudos de gênero nos organismos, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), é, sem dúvida, um exemplo das potencialidades das análises de gênero para erradicar as desigualdades socialmente construídas entre homens e mulheres, e para potencializar o desenvolvimento dos países.

Temas como a feminização da pobreza, o aumento da proporção de mulheres chefes de família, as migrações femininas no mundo, as economias nacionais baseadas em remessas de capitais e como esses elementos redesenham as relações entre os sexos nos locais de origem, a participação das mulheres nos movimentos camponeses (como no Movimento dos Sem-Terra), e, acima de tudo, os desiguais efeitos que, sobre as mulheres e homens, estão produzindo a globalização, são algumas das questões que, apesar da sua inequívoca importância territorial, a Geografia brasileira tem ignorado.



Indo mais além, enquanto a Geografia não incorpora tais questionamentos, outras ciências afins já estão adotando a perspectiva territorial em suas análises de gênero. Alguns exemplos são: a elaboração de Sistemas de Informação Geográfica para indicadores de Gênero no México e Nicarágua; o magnífico projeto “Cidades sem violência, cidades seguras para as mulheres” (avalizado pela UNIFEM e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID); a importância dos poderes locais como elementos de democratização a partir da participação das mulheres nos governos locais, e, com caráter geral, a necessária participação das mulheres em todos os processos de desenvolvimento dos novos modelos econômicos e políticos, nas economias globalizadas em geral.

Enfim, mesmo frente à crescente importância do papel feminino nos fatos sociais, a Geografia brasileira permanece negligenciando a perspectiva de gênero como potencialidade de construção da inteligibilidade da realidade socioespacial. Para se compreender a impermeabilidade da ciência geográfica nas análises de gênero, recorreremos a várias fontes e diferentes procedimentos metodológicos, segundo dois eixos fundamentais. O primeiro explorou as estruturas de poder e de divisão sexual do trabalho docente no ensino superior na área de Geografia, e o segundo esteve centrado na análise das concepções epistemológicas da ciência geográfica brasileira.

Os dados sobre a estrutura docente e sua qualificação foram levantados a partir do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e a configuração das chefias departamentais foi obtida por meio de pesquisa direta nas universidades selecionadas como amostra<sup>2</sup>. O segundo eixo de investigação teve como fonte de dados os Planos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Geografia das universidades brasileiras que criaram os cinco primeiros Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* no país. A escolha da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Rio Claro), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e da Universidade Federal do Sergipe (UFSE) se justifica por seu pioneirismo na produção de pesquisa

---

2 O universo amostral foi composto de 27 universidades, sendo contemplada uma universidade de cada uma das unidades federativas do Brasil, privilegiando-se as universidades de responsabilidade federal por serem as mais importantes, com exceção da USP, que é de responsabilidade do governo estadual.

científica. O fato acabou por torná-las importantes modelos acadêmicos, seguidos por outras universidades, e, além disso, elas constituem a origem da qualificação de grande parte do corpo docente superior que atua na rede de universidades brasileiras.

A representação feminina na produção científica geográfica, tanto em termos de autoria de artigos científicos como nos temas de investigação científica, foi analisada a partir da escolha dos nove periódicos científicos que obtiveram os melhores indicadores, segundo a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), triênio 2004-2006 e que são mantidos por profissionais da área de Geografia. Foram analisados os periódicos científicos *Espaço e Cultura*, *Revista do Departamento de Geografia da USP*, *Território*, *Geosul*, *Sociedade & Natureza*, *Mercator*, *Geographia*, *Ra'ega*, e *Revista Brasileira de Geografia*, cobrindo-se um total de 1.704 artigos publicados entre os anos de 1939 e 2008<sup>3</sup>.

### **A representação feminina na organização acadêmica na área de Geografia**

Num país como o Brasil, em que as mulheres conquistaram o direito ao voto apenas em 1932, são admiráveis as estatísticas apresentadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Das 20.586 bolsas de Iniciação Científica concedidas pelo governo brasileiro em 2007, 56% foram para estudantes do sexo feminino. Do total de 8.218 bolsas de mestrado, as mulheres conquistaram 52% delas, e das 7.690 bolsas de doutorado, 50% foram destinadas às mulheres. Na categoria de bolsas de pós-doutorado, as mulheres conquistaram 52% delas, chegando a superar os homens. Contudo, tamanho desempenho não se reflete nas chamadas bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ). Apenas 34% de bolsas PQ foram concedidas às mulheres, e, se forem considerados os níveis de estratificação dessa categoria, tomando por base o mais alto nível (1A), o percentual cai para 23%, evidenciando que ainda há barreiras a serem vencidas nas oportunidades oferecidas para as mulheres no espaço acadêmico.

Segundo dados do Ministério da Educação de 2006, o Brasil possui 22.101 cursos superiores em 2.270 instituições de nível superior, distribuídas de forma desigual

---

3 O recorte temporal de 1939 em diante deve-se ao fato de que a revista mais antiga em circulação, a *Revista Brasileira de Geografia*, teve sua fundação no referido ano. É importante lembrar

pelas regiões do país. A Região Sudeste destaca-se pela alta concentração de instituições educacionais, com 48,15%, sendo que apenas o Estado de São Paulo concentra 23,79% delas. A Região Nordeste possui 18,15%, a Região Sul 17,05% e as Regiões Centro-Oeste e Norte concentram 10,70 e 5,95%, respectivamente.

O total de pessoas em função docente no ensino superior brasileiro é de 316.882. Deste total, 22,28% são doutores(as) e 36,33% são mestres, sendo que as demais pessoas possuem titulações inferiores. Do total de docentes, 55,5% são homens e 44,5% são mulheres. O total de pessoas matriculadas em cursos superiores presenciais no Brasil é de 4.676.646, sendo que 55,72% são do sexo feminino e 44,28% do sexo masculino. Enquanto a função docente é mais exercida por pessoas do sexo masculino, a função discente é mais expressiva no universo feminino. A distribuição regional das diferenças de percentuais entre homens e mulheres em funções discentes é próxima à média nacional, com destaque para a Região Norte, em que as mulheres somam 57,55% do total de pessoas matriculadas em cursos superiores. Os dados sobre as pessoas concluintes de cursos presenciais das instituições de ensino superior brasileiras apontam para uma supremacia feminina. Do total de 736.829 pessoas que concluíram o curso superior no ano de 2006, no Brasil, 60,57% eram mulheres, enquanto 39,43% eram homens.

A pesquisadora Maria Margarete Lopes argumenta que as conquistas femininas nas universidades brasileiras ocorreram recentemente, uma vez que

[...] há pouco mais de uma década, a participação das mulheres no sistema de Ciência e Tecnologia no país, segundo diversos indicadores, oscilava consistentemente em torno de 30%. Confirmando e aprofundando aspectos dessa tendência, em uma análise geral da participação das mulheres doutoras nas atividades de pesquisa, os dados indicam, em proporções aproximadas, que entre aqueles que se titularam no país até 1965, para cada 6,3 homens, havia uma mulher titulada; de 1976 a 1980, para cada três homens, uma mulher se doutorava; de 1986 a 1990 a proporção era uma mulher para 1,8 homens e de 1996 a 2000 chega a quase uma para um.<sup>4</sup>

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira possui uma área específica sobre o ensino superior que congrega dados sobre as

---

que cada uma das revistas analisadas tem períodos de existência diferentes e, por este fato, optou-se por cobrir a totalidade dos artigos, não se trabalhando com técnicas amostrais.

4 Informação disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/13.shtml>>.



instituições, cursos e desempenho dos estudantes através do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)<sup>5</sup>. Segundo o Ministério da Educação, a área de Geografia conta, atualmente, com 438 cursos com habilitações em Bacharelado e Formação de Professores de Geografia, e, segundo o Ministério da Educação brasileiro, o número de concluintes destes cursos presenciais foi de 10.870 pessoas. O total de docentes que atuam na área de Geografia é de 4.670 pessoas, sendo que 46,4% possuem o título de doutor(a) e 38,5% de mestre. A estratificação destes dados nas duas habilitações, e por sexo, pode ser visualizada nas tabelas que seguem.

**Tabela 1 – Cursos superiores de Geografia segundo docentes, por sexo**

Curso	Docentes	Feminino	Masculino	% Mulheres	% Homens
Geografia Formação de Professores	2.637	1.285	1.352	48,7	51,3
Bacharelado em Geografia	2.033	910	1.123	44,7	55,3
Total	4.670	2.195	2.475	47,0	53,0

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), 2008.

**Tabela 2 – Titulação máxima de docentes da área de Geografia, por sexo**

Cursos	Doutorado			Mestrado			Especialização			Graduação		
	Total	% F	% M	Total	% F	% M	Total	% F	% M	Total	% F	% M
Geografia Formação de Professores	343	41,7	58,3	1306	51,7	48,3	832	48,5	51,5	156	40,0	60,0
Bacharelado em Geografia	942	41,7	58,3	784	50,5	49,5	183	43,7	56,3	124	33,0	67,0

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), 2008.

5 Criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.



A diferença entre homens e mulheres no conjunto de profissionais é ampliada quando se considera a conquista de postos de poder. O levantamento realizado junto às universidades federais do Brasil aponta que apenas 33,6% dos postos de chefia departamental são ocupados por mulheres, e, no que diz respeito aos cargos de coordenação de Programas de Pós-Graduação em Geografia, a representação feminina sobe para 39,5%<sup>6</sup>. Já a representação feminina na composição dos grupos gestores da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia do período compreendido entre 1993, data de sua fundação, até 2007, é bastante equilibrada em termos numéricos. Durante oito gestões, participaram treze mulheres e onze homens na composição das diretorias. Contudo, a função de presidência e tesouraria é exercida por homens em 62,5% das vezes, e nessa mesma proporção, a função de secretaria é majoritariamente feminina. No que diz respeito à coordenação de Grupos de Pesquisa, as mulheres lideram 47% dos 185 grupos de pesquisa cadastrados na área de Geografia, segundo os dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ de 2008.

Nesse sentido, a desproporção entre a qualificação profissional e o empoderamento feminino nas estruturas das organizações revela que não se trata da inaptidão das mulheres para ascender aos postos de mando, mas da constituição de estruturas de poder que se torna de difícil acesso. Soares (2001) argumenta, em sua pesquisa, que as mulheres apresentam maiores dificuldades em conciliar as demandas profissionais com as familiares e são sobrecarregadas com acúmulo do trabalho doméstico e da profissão.

Os resultados obtidos sobre a representação feminina na estrutura organizacional da academia brasileira na área de Geografia evidenciam que há forte presença de mulheres altamente qualificadas praticando a ciência geográfica cotidianamente, seja na carreira docente ou como parte do corpo discente. Este fato, portanto, torna a questão levantada para esta investigação sobre a pequena influência das abordagens de gênero na Geografia brasileira ainda mais interessante e complexa. Afinal, o incremento da entrada de mulheres nos cursos superiores de Geografia e nas carreiras do magistério não provocou tensões e questionamentos sobre a ausência de suas próprias espacialidades, histórias e identidades nos conteúdos que ministram e nos espaços que pesquisam, ou seja, na estrutura do discurso geográfico brasileiro que alimentam, com

---

6 Levantamento de dados realizado no ano de 2008.



sua prática docente e investigativa. Paradoxalmente, o trabalho docente e científico feminino produz e re-produz sua própria invisibilidade na Geografia brasileira.

Um dos fatores a ser considerado para o fato de as mulheres geógrafas não mobilizarem esforços para a incorporação da perspectiva de gênero no discurso geográfico é o de que o seu ingresso no espaço universitário, como docentes e pesquisadoras, é recente, o que pode contribuir para dificuldades de enfrentamentos com os conceitos, teorias e métodos já consagrados, de forte teor androcêntrico. Segundo Leta (2003), não há estudos sistemáticos sobre a participação feminina nas organizações acadêmicas e na produção da ciência brasileira, o que tem dificultado a precisão dos dados históricos. A mesma autora considera, com base em seus estudos sobre a Universidade de São Paulo (USP), que a entrada expressiva de mulheres se deu nos anos 80 e 90, coincidindo com os movimentos sociais políticos de redemocratização do país e de aprovação da Constituição de 1988, culminando com o fortalecimento das regras de obrigatoriedade de concursos públicos para a admissão de docentes nas universidades públicas, baseados em critérios universalistas e meritocráticos. É fundamental lembrar que a abolição do “sistema de cátedras”<sup>7</sup> nas universidades brasileiras e sua posterior organização em departamentos desestabilizou as tradicionais relações de poder, e os concursos públicos passaram a ser focos importantes de disputas e, por consequência, de maior fiscalização e rigor, o que ampliou a possibilidade de ingresso de mulheres nas carreiras universitárias, a despeito de padrões patriarcalistas. Contudo, a presença física das geógrafas ainda não modificou a estrutura de poder que mantém a metade da humanidade fora do interesse científico da Geografia brasileira.

### **Poder, produção científica e a orientação epistemológica da geografia brasileira**

O levantamento realizado nos nove periódicos melhor qualificados pelo CNPQ, Sistema Qualis<sup>8</sup>, no período compreendido de 1939 a 2008, aponta que os temas relacionados a mulheres ou gênero não fazem parte do interesse da geografia brasileira, pelo menos daquela considerada de mais alta qualidade pelos órgãos institucionais que

---

7 Segundo Maria de Lurdes Albuquerque Favero, o sistema de cátedra, oriundo da tradição portuguesa, reinou nas universidades brasileiras desde o período colonial, sendo superado com a Lei nº 5.540 de 28/11/1968, que institui uma reestruturação da universidade com base em departamentos, cujas chefias são eleitas pelos pares.

avaliam a produção científica do Brasil. Foram encontrados apenas cinco artigos e, entre eles, curiosamente, há autorias masculinas.

**Tabela 3 – Produção científica brasileira nos periódicos Qualis A do Brasil – 2008**

Ano	Periódico	Autoria	Título do artigo
1988	<i>Revista Brasileira de Geografia</i>	Zuleica Lopes Cavalcanti de Oliveira e Márcia Coelho de Segadas Vianna	Trabalho feminino e a situação familiar da mulher nas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife
1998	<i>Revista do Departamento da USP</i>	Rosa Ester Rossini	As geografias da modernidade – geografia e gênero – mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto, SP
2002	<i>Sociedade &amp; Natureza</i>	Alexandre Magno Alves Diniz e José Flávio Moraes Castro	Diferenças sócio-espaciais entre homens e mulheres chefes de domicílio de Belo Horizonte, 2000
2007	<i>Geosul</i>	Joseli Maria Silva	Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano
2007	<i>Espaço e Cultura</i>	Joseli Maria Silva	Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino

Fonte: Levantamento direto nos periódicos *Espaço e Cultura*, *Revista do Departamento de Geografia da USP*, *Território*, *Geosul*, *Sociedade & Natureza*, *Mercator*, *Geographia*, *Ra'ega* e *Revista Brasileira de Geografia*.

Organização: Grupo de Estudos Territoriais (GETE)

Além dos artigos citados, há ainda outras modalidades de trabalhos, como dissertações de mestrado, teses de doutorado e artigos publicados em revistas de menor impacto científico, conforme a análise das geógrafas Susana Veleda da Silva e Diana Lan, ao realizarem estudo comparativo da produção científica do Brasil e da Argentina, em artigo publicado em *BELGEO*, no ano de 2007. As autoras chegam à conclusão de que a despeito do forte movimento feminista desenvolvido na América Latina e de seu impacto nas demais ciências sociais, como a Sociologia, História e Antropologia, o conhecimento geográfico manteve-se à margem deste movimento. O estudo realizado aponta para um pequeno incremento de pesquisas científicas que associam gênero à Geografia no final do século XX e início do século XXI.

Se as mulheres e as análises de gênero não são consideradas objetos de estudo importantes na historiografia da geografia brasileira, não se pode dizer que seja por falta da presença feminina, como a de autoras de artigos científicos. No período compreendido entre 1978 e 2008, estiveram presentes nos periódicos pesquisados 2.320 autores(as)<sup>9</sup>, sendo que as mulheres representam 41% do total. A diferença de proporção entre homens e mulheres aumenta quando se considera a produção geográfica separada pelas áreas humana e física, com uma representação feminina de 44% na primeira e apenas 35% na segunda, o que pode ser observado no gráfico a seguir:

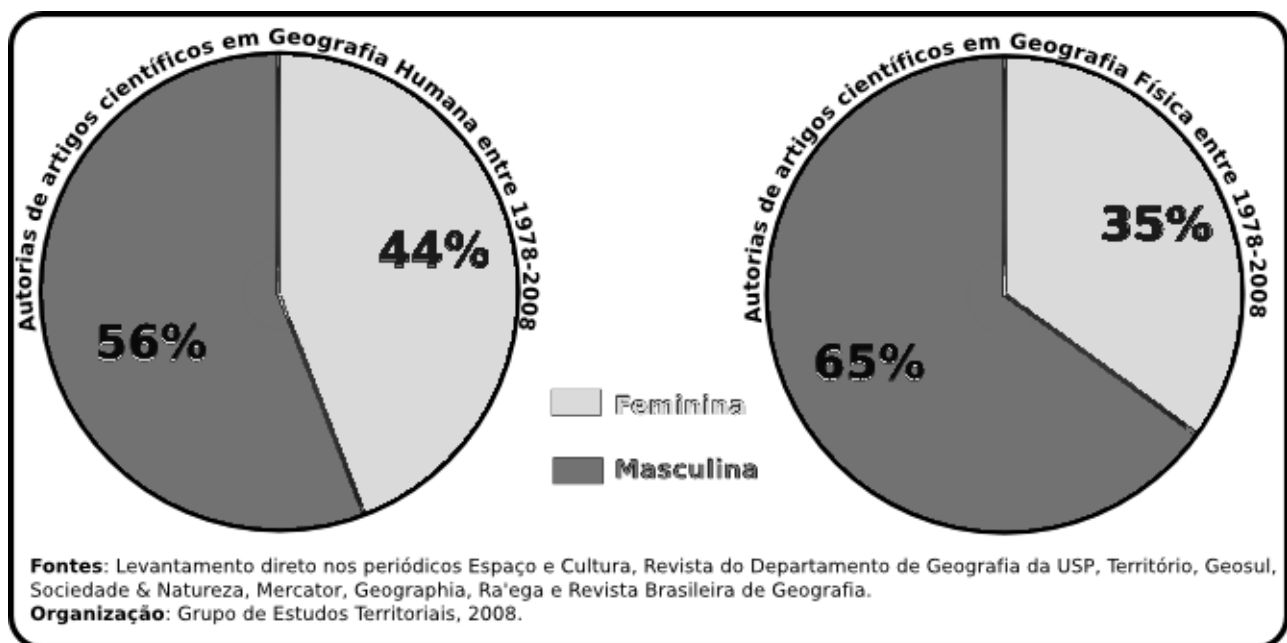


Gráfico 1 – Produção geográfica de homens e mulheres, separada por áreas – humana e física.

A análise da *Revista Brasileira de Geografia* (RBG), um dos periódicos científicos mais antigos do país, surgido em 1939, apresenta a primeira autoria feminina no ano de 1950, quando Lisia Maria Cavalcanti Bernardes publica, juntamente com seu marido Nilo Bernardes, o artigo “A pesca no litoral do Rio de Janeiro”. No mesmo ano,

<sup>9</sup> Foi considerado o universo total de autores, contabilizando-se as co-autorias.

Lisia publica, de forma individual, “Distribuição da população do Estado do Paraná em 1940 – 1950”. Este ano marca a entrada das mulheres como agentes produtores de conhecimento geográfico, já que aparecem também como autoras Beatriz Célia Correia de Melo e Ruth Matos de Almeida Simões<sup>10</sup>. Embora Lisia Bernardes já tenha publicado um artigo, “Tipos de clima do estado do Rio de Janeiro”, em 1952, o primeiro artigo de autoria feminina que expressa com maior propriedade a geografia física foi publicado por Celeste Rodrigues Maio, em 1958, sob o título “Contribuição aos níveis do estudo da erosão do Brasil”.

Até o ano de 1966, pode-se dizer que Lisia Maria Cavalcanti Bernardes foi a figura feminina mais expressiva da geografia brasileira em termos de produção de artigos científicos. No período de 1967 até 1976, o nome corrente nas publicações da *Revista Brasileira de Geografia* foi o de Therezinha de Castro<sup>11</sup>. Fato interessante a ser destacado é o artigo de Maria Francisca Thereza C. Cardoso, publicado em 1963 sob o título “Campina Grande e sua função como capital regional”. A temática sobre relações entre cidades é novidade na RGB, e este trabalho foi publicado entre outros dois artigos de grandes nomes da historiografia da geografia urbana brasileira, Pedro Geiger e Roberto Lobato Corrêa. O artigo do primeiro geógrafo, “Aspectos do fato urbano no Brasil”, foi publicado em parceria com Fany Davidovich, em 1961, e o artigo de Roberto Lobato Corrêa, “Contribuição para o estudo da área de influência de Aracaju”, foi publicado em 1965. Isso evidencia que as mulheres estavam também na vanguarda dos temas científicos, embora não tenham atingido a mesma notoriedade que seus colegas do sexo masculino.

Ao analisar a produção científica por sexo presente nos periódicos científicos pesquisados, foi constatado que, além de os homens possuírem maior número de artigos científicos, sua produtividade também é superior. Quando tomados como referência os(as) 15 autores(as) mais produtivos(as) de cada sexo, entre os anos de 1978 e 2008, constata-se que o autor mais produtivo entre os homens publicou quase o dobro de

---

10 As autoras publicaram os artigos “Interpretação do mapa de produção de café no sudeste do planalto central do Brasil” e “Distribuição da produção do arroz no sudeste do planalto central”.

11 Durante o período mencionado, a RGB publica apenas grandes compêndios de geografia regional, descrevendo países e regiões do mundo sem abordagem aos temas relativos ao Brasil. É importante lembrar que a revista é publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), subordinado ao governo federal, e o período está marcado por forte repressão política pelo regime ditatorial. Estranhamente, os artigos eram exclusivamente publicados por dois nomes. Além da geógrafa Therezinha de Castro, havia o nome de Delgado de Carvalho.

artigos da mulher mais produtiva no mesmo período. Além disso, o conjunto total de homens possui maior produtividade do que o de mulheres.

**Tabela 4 – Relação entre a produtividade masculina e feminina na Geografia Brasileira, entre 1978-2008.**

Número de artigos publicados	Mulheres	Homens
Acima de 16	0	2
11 a 15	1	1
9 a 10	1	3
7 a 8	5	4
5 a 6	8	5

Fonte: Levantamento direto nos periódicos *Espaço e Cultura*, *Revista do Departamento de Geografia da USP*, *Território*, *Geosul*, *Sociedade & Natureza*, *Mercator*, *Geographia*, *Ra'ega* e *Revista Brasileira de Geografia*.

Organização: Grupo de Estudos Territoriais (GETE)

As geógrafas mais expressivas em número de artigos publicados no período, que se aproximam do desempenho masculino, são: Fany Davidovich, Berta K. Becker, Beatriz Maria Soares Pontes, Celeste Rodrigues Maio, Gisela Aquino Pires do Rio, Lígia Celória Poltronienri, Zeny Rosendahl, Amália Inês G. De Lemos, Ana Fani Alessandri Carlos, Lylian Coltrinari e Maria do Socorro Brito. Esse conjunto de mulheres geógrafas é heterogêneo em termos de idade, origem acadêmica, procedência institucional e área de atuação. Seria imprudente realizar qualquer análise de sua produção científica, contexto acadêmico, político e familiar que possibilitou seu destaque na academia brasileira em termos de produtividade em publicação de artigos científicos nos periódicos investigados. Talvez, trabalhar a produção científica destas mulheres possa ser outra fase de aprofundamento do presente trabalho, com o objetivo de inserir os nomes femininos na historiografia da geografia brasileira.

O fato é que houve uma feminização da geografia brasileira e que as mulheres tornaram-se produtoras de conhecimento geográfico, mas a ciência praticada pelas mulheres geógrafas não se diferencia da produção científica masculina e muito pouco

tem contribuído para construir a visibilidade das espacialidades femininas. Além disso, apesar da recente feminização da ciência geográfica brasileira, as mulheres ainda não possuem a mesma notoriedade e reconhecimento científico que seus pares homens, e, ainda, ocupam em proporções menores os postos de poder, como já evidenciado anteriormente.

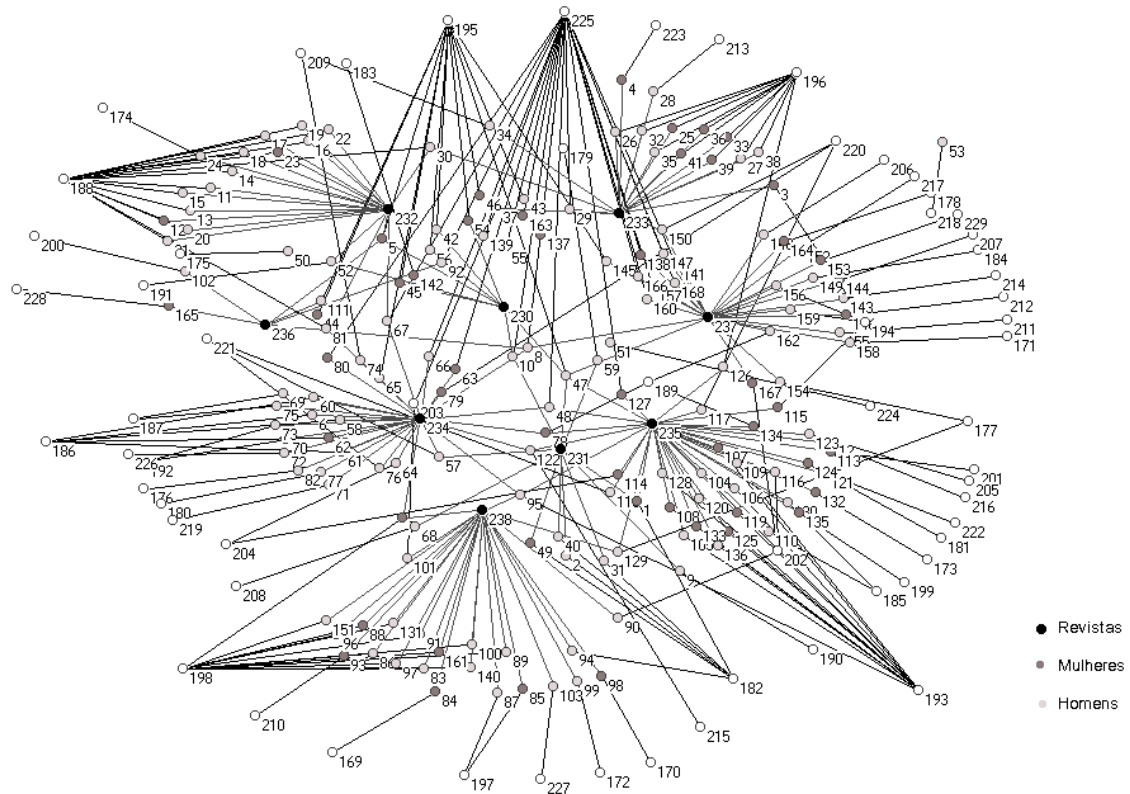
A análise dos membros dos conselhos editoriais dos periódicos científicos que serviram de base para a pesquisa em questão evidencia que 68,5% são de pessoas do sexo masculino e apenas 31,5% do sexo feminino. Contudo, não basta observar a presença de mulheres e homens nos conselhos editoriais dos periódicos científicos, em termos numéricos, para descortinar a influência e as relações de poder. É necessário compreender os diferentes níveis de influência que cada membro obtém frente aos demais. Os membros dos conselhos científicos determinam, em grande parte, o que é concebido como ciência, sua relevância e disseminação. Para determinar a centralidade dos principais agentes que determinam a produção científica brasileira na área de Geografia, foi empregada a metodologia de análise de redes sociais – ARS (ou Social Network Analysis – SNA), e também foi utilizado o programa Pajek<sup>12</sup>. Tal opção permitiu identificar os agentes centrais, ou os nós da rede, não apenas por sua participação direta, mas, sobretudo, pelo conjunto de relações estabelecidas por cada agente na rede e, assim, perceber sua capacidade para promover ou obstruir determinados discursos, como as abordagens de gênero por exemplo. A rede geral constituída em torno dos membros dos conselhos editoriais dos nove periódicos selecionados pode ser observada na figura a seguir:

---

12 O programa Pajek e outros documentos relacionados estão disponíveis em: <  
<http://pajek.imfm.si/doku.php?id=pajek>>.



**Figura 1 – Rede formada por revistas, membros de conselhos editoriais e respectivas instituições de origem**



Fonte: Levantamento direto nos periódicos *Espaço e Cultura*, *Revista do Departamento de Geografia da USP*, *Território*, *Geosul*, *Sociedade & Natureza*, *Mercator*, *Geographia*, *Ra'e ga* e *Revista Brasileira de Geografia*.

Organização: Grupo de Estudos Territoriais (GETE)

A simples visualização da rede permite apenas uma identificação difusa dos seus agentes centrais, sendo necessária, portanto, uma análise estatística que evidencie a posição em centralidade de intermediação (*betweenness centrality*) apurada para cada agente (instituição de origem, membro do conselho e revista). A tabela a seguir demonstra a ordem de centralidade de intermediação de vinte agentes em cada uma das categorias selecionadas para análise:

**Tabela 5 – Membros de conselhos editoriais por ordem de centralidade de intermediação**

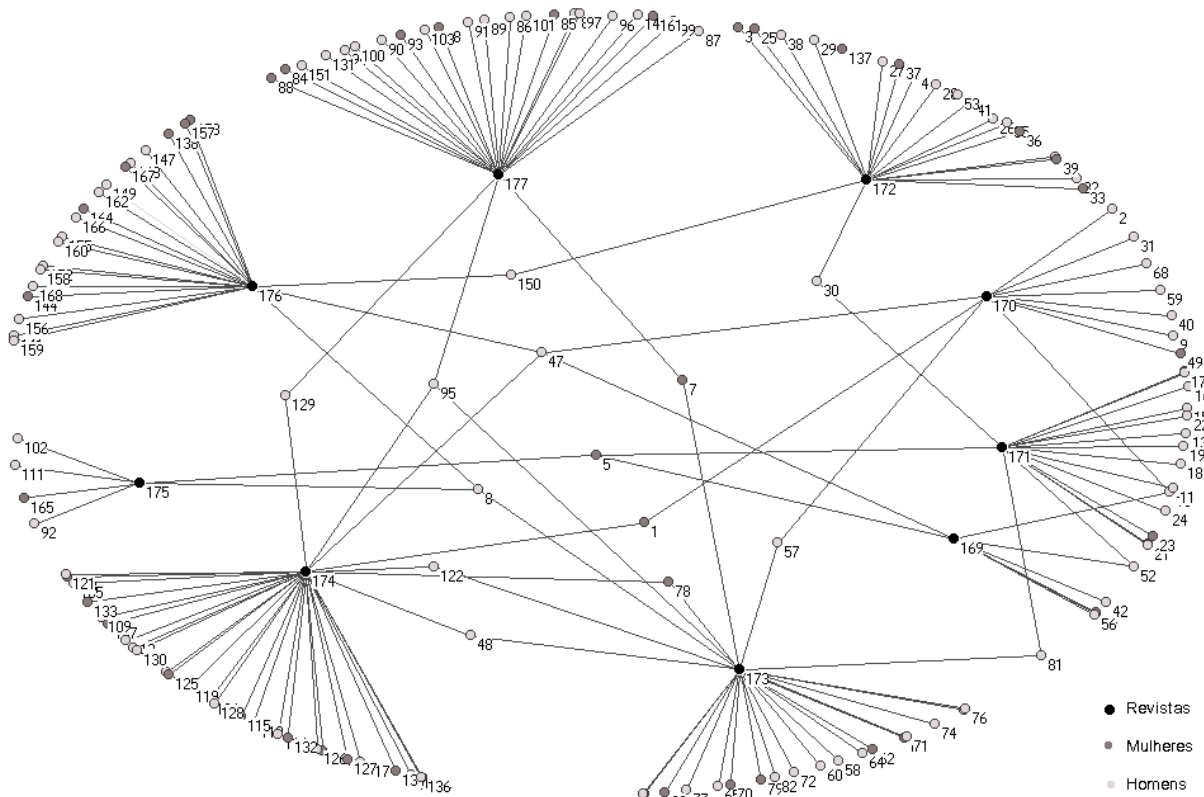
Posição de centralidade entre membros	Número na rede	Agente
1	47	Roberto Lobato Corrêa
2	95	Francisco de Assis Mendonça
3	8	Marcelo Martinelli
4	7	<b><u>Beatriz Ribeiro Soares</u></b>
5	67	Aziz Ab'Saber
6	81	Rogério Haesbaert
7	129	Oswaldo Bueno Amorin Filho
8	150	Georges Benko
9	126	Masato Kobaiyama
10	48	Antonio Carlos Robert de Moraes
11	30	Carlos Walter Porto Gonçalves
12	5	<b><u>Bertha K. Becker</u></b>
13	122	José Mateo Rodrigues
14	29	Armen Mamigonian
15	78	<b><u>Maria Geralda de Almeida</u></b>
16	57	Paul Claval
17	1	<b><u>Zeny Rozendahl</u></b>
18	10	Milton Santos
19	65	Antonio Teixeira Gerra
20	101	Adler Guilherme Viadana

Fonte: Levantamento direto nos periódicos *Espaço e Cultura*, *Revista do Departamento de Geografia da USP*, *Território*, *Geosul*, *Sociedade & Natureza*, *Mercator*, *Geographia*, *Ra'ega* e *Revista Brasileira de Geografia*.

Organização: Grupo de Estudos Territoriais (GETE)

A centralidade de intermediação dos membros nos conselhos editoriais, na rede formada pelas revistas selecionadas, pode ser mais bem percebida quando removidos da visualização os vínculos institucionais dos membros, conforme evidencia a figura a seguir:

**Figura 2 – Rede formada por membros de conselhos editoriais e respectivas revistas**



Fonte: Levantamento direto nos periódicos *Espaço e Cultura*, *Revista do Departamento de Geografia da USP*, *Território*, *Geosul*, *Sociedade & Natureza*, *Mercator*, *Geographia*, *Ra'ega* e *Revista Brasileira de Geografia*.

Organização: Grupo de Estudos Territoriais (GETE)

Entre os vinte agentes de maior intermediação na rede, constata-se apenas quatro mulheres no conjunto. Ou seja, se o percentual de presença feminina nos conselhos editoriais era de 30%, quando se considera a centralidade de intermediação, o percentual cai para apenas 20% de mulheres que ocupam posições centrais nos processos decisórios de produção científica. Ainda, se forem consideradas apenas as dez primeiras posições, o percentual cai para 10%. Enfim, considerando que as conexões em rede apontam para uma ordem exponencial de relacionamentos possíveis, facilmente pode-se apontar um potencial bastante elevado de influência dos homens sobre a produção do discurso geográfico nos periódicos científicos selecionados para a



investigação, sendo o mesmo comparativamente bastante limitado quando se considera a capacidade das mulheres componentes de conselhos editoriais.

A ausência das relações de gênero no discurso geográfico ultrapassa a análise da presença feminina no exercício profissional e deve avançar na compreensão das estruturas de poder decisório, capaz de manter a seletividade das características da Geografia brasileira. Nesse sentido, compreender as articulações das posições de mando e as estruturas discursivas é fundamental, notadamente pelo resgate histórico da construção do saber científico geográfico brasileiro e do poder contido em seus enunciados científicos, que tornaram certos elementos socioespaciais, como as desigualdades entre homens e mulheres, pouco visíveis e considerados de menor importância científica.

Tanto o fazer geográfico na forma de publicações científicas como o processo de formação profissional deste campo de saber apresentam fortes características androcêntricas. Os currículos de graduação em Geografia não apresentam menção alguma sobre relações de gênero. As disciplinas que compõem a estrutura curricular dos cursos foram agrupadas em cinco áreas distintas: epistemologia, regional, física, humana, instrumental, estágios/práticas e educação.

A área humana, mais propícia para o desenvolvimento das perspectivas de gênero, representa, em média, 20% do total das disciplinas das estruturas curriculares tomadas por base. A área física concentra uma média de 17%, e a regional 16%. A composição da estrutura curricular já torna a possibilidade de abordagem de gênero restrita aos 20% de campo reservado, em média, para as humanas. Mesmo assim, este argumento não é o suficiente, já que em outros países em que as análises de gênero cresceram havia, também, um quadro muito semelhante.

Ao analisar as ementas dos cursos, além de não haver qualquer referência às questões de gênero, outros aspectos são marcantes, como o sexismo presente na linguagem utilizada para descrever os conteúdos a serem ministrados em cada disciplina, e a masculinização das referências bibliográficas indicadas.

Na área de epistemologia, por exemplo, não há qualquer citação às “Geografias feministas”, cuja vertente teórico-metodológica surgiu nas universidades anglo-saxãs, como fruto de um importante movimento contestatório da ciência, realizado por geógrafas que denunciaram os “privilégios” epistêmicos e a hegemonia masculina,



possibilitando formas diferentes de construir o saber científico para além do campo da ciência moderna, objetiva, neutra e universal. É notória a ausência de nomes femininos na historiografia do pensamento geográfico presente nas indicações bibliográficas da área epistemológica.

A invisibilidade feminina é concretizada também na linguagem que expressa os conteúdos dos cursos, como pode ser exemplificado pelo seguinte trecho retirado de um dos planos de curso analisados, referente à disciplina de epistemologia que se propunha a desenvolver:

Aspectos gerais de teorias e métodos aplicados pela Geografia. Características gerais do pensamento de **geógrafos (grifo nosso)** que ajudaram a construir a ciência geográfica (Humboldt, Ritter, Ratzel, Kropotkin, Reclus, La Blache, De Martone, P. George, Lacoste, M. Santos e outros).

O enunciado, que evidencia a exclusividade dos homens na construção da ciência geográfica, é ilustrativo do perfil de abordagem presente nos documentos que regem o aprendizado da Geografia brasileira. A utilização da linguagem sexista é um aspecto fundamental para compreender a ocultação das mulheres no discurso científico, já que é por meio da linguagem que a humanidade se comunica, constrói e interpreta a realidade social, sendo, portanto, necessário que se desenvolva uma crítica em torno da linguagem androcêntrica, fortemente difundida nos planos pedagógicos da Geografia brasileira.

Na área humana, foram reunidas as disciplinas de geografia urbana, agrária, econômica, população, social e cultural, e outras menos comuns aos planos de cursos analisados, como antropologia, sociologia, e assim por diante. É evidente que cada uma delas possui especificidades. A geografia da população, por exemplo, é marcada pela análise demográfica e de mobilidade. A urbana tem como padrão dominante as relações entre forma e processos econômicos. A agrária tem como elementos mais comuns a abordagem da produtividade, renda da terra e relações de trabalho, e a social e cultural está relacionada com as abordagens da sociedade em grupos, cuja predominância é a utilização da categoria 'classe social'.

Para além de uma análise de tais características específicas, o que se considera importante para a investigação empreendida é compreender os mecanismos estruturadores da ausência das mulheres e de abordagens de gênero na geografia brasileira. A análise empreendida considera que há um sistema de regulação que



caracteriza a dominação masculina e a ausência ou o silenciamento das abordagens de gênero na Geografia brasileira, que podem ser reunidos nos seguintes aspectos interdependentes, estruturais e organizacionais:

**1- Estruturais:** afirmar as ausências e silêncios da Geografia brasileira sobre determinados grupos sociais, entre eles as mulheres, é um dado empírico incontestável pelos levantamentos realizados. Esta simples constatação – a ausência – coloca o trabalho de crítica epistemológica em situação de vulnerabilidade, já que a ausência significa a inexistência, o que por si só esgota as possibilidades de investigação empírica, no momento em que se realizam extensos levantamentos apenas para se “constatar” ou “comprovar” aquilo que já se sabe. Trabalhar a inexistência, a falta, implica investigar o seu contrário – a existência –, ou seja, a organização da estrutura que é capaz de criar as ausências e, além disso, mantê-las como algo natural e inquestionável. Assim, a ausência, analisada do ponto de vista estrutural, é derivada de premissas históricas e de elementos co-relacionados aos quais o discurso científico da Geografia brasileira está subordinado:

**1.1- A base eurocêntrica.** O eurocentrismo é compreendido como a expressão da referência histórica e geográfica à hegemonia de uma determinada forma de conceber a sociedade, partindo da Europa moderna, que instituiu um modelo de organização social e de padrões de saberes que se colocaram como universais, anulando as diferenças plurais da humanidade nos mais diferentes territórios do planeta. O mito do saber científico objetivo, pretensamente neutro, instituiu as hierarquias que organizam as dualidades, opondo o bem e o mal, o homem e a mulher, o superior e o inferior, a razão e a emoção, a sociedade e a natureza, o negro e o branco, e assim por diante. A Geografia brasileira tem sua instituição no modelo francês, perfeitamente verificável na história da criação dos primeiros cursos nas universidades de São Paulo e Rio de Janeiro, bem como nos órgãos de pesquisa geográfica e associações profissionais, como aponta Almeida (2004). O caráter de ciência moderna, produzida pelo 'homem', 'branco', 'com conhecimento superior', é marcante ainda hoje nos currículos da geografia brasileira. Enfim, mesmo herdeiro de sua história colonial, o conhecimento geográfico no Brasil só será libertador para as mulheres, os povos indígenas, os negros, os





homossexuais, na medida em que a ciência for compreendida como campo de poder. Tal poder estrutura as verdades e os cânones sagrados da geografia científica produzindo o que é visível e naturalizado como objeto geográfico, mas também as ausências, as invisibilidades e as injustiças sociais. Para isso, é preciso tensionar os conceitos e métodos do fazer geográfico cotidiano, produzido tanto por homens como por mulheres.

**1.2- O apego à forma material:** a geografia brasileira, embora evidencie em seus currículos um esforço de conceber o espaço para além da dimensão concreta/material, apresenta conteúdos que retratam abordagens que não possuem uma prevalência da manifestação material. Contudo, os referentes da forma concreta do espaço são, muitas vezes, incapazes de alcançar os arranjos imateriais, híbridos, flexíveis, múltiplos, plurais, tão típicos da ordem contemporânea. Esta característica tem alimentado mitos, limitado a pesquisa e empobrecido a capacidade da geografia em tornar a realidade atual compreensiva. Assim, torna-se difícil incorporar gênero como conceito importante na análise do espaço, já que as manifestações materiais da divisão sexual da humanidade e das identidades de gênero atuais são cada vez menos nítidas. Afinal, locais exclusivamente femininos e masculinos são cada vez mais raros e este processo tem escamoteado a discussão de gênero na geografia. É comum a desconsideração de fenômenos sociais que não possuam clara manifestação material. Contudo, essa conduta não se deve ao fato da inexistência da dimensão espacial dos fenômenos desprezados, mas da limitação em problematizá-la, tornando comum várias ausências e silêncios do discurso geográfico.

**1.3- A permanência do sujeito genérico e universal:** a geografia brasileira, apesar de avançar no sentido de tornar importante a concepção da relação entre o “ser que age” e o espaço, apresenta, em sua estrutura curricular, agentes, sujeitos e atores genéricos ou universais. O espaço, notadamente no núcleo das disciplinas de caráter regional, é fruto de processos humanos indiferenciados em suas posições em relação à classe, raça, etnia, gênero, identidade sexual etc. A humanidade, na perspectiva da geografia brasileira, continua sendo tratada, na maior parte das vezes, apenas como polarizada entre capitalistas e trabalhadores. É comum que “os agentes” sejam, em geral, masculinos, e



identificados como empresas de determinado ramo, como Estado de uma determinada escala territorial, e assim por diante, gerando um discurso que encobre interesses e identidades que são escamoteadas pelas simplificadoras máscaras institucionais. Adotar a perspectiva de gênero na geografia brasileira significa romper com tais generalizações e partir para análises centradas na pluralidade dos seres humanos, o que exige novos caminhos metodológicos.

**2- Organizacionais:** a produção científica geográfica brasileira, marcada pelos elementos estruturais já evidenciados, sobrevive e é conformada na prática cotidiana dos sistemas legais e institucionais.

**2.1- Os currículos obrigatórios** direcionam os conteúdos que são considerados geográficos e formam profissionais a partir de uma determinada concepção da ciência geográfica. Tal concepção cria um pretense campo próprio de temas, que recebem a chancela da comunidade científica e, por sua vez, inibe os pesquisadores a ousar e desafiar as fronteiras do campo científico.

**2.2- Os periódicos científicos,** além dos sistemas legais/institucionais, são instituições que produzem a visibilidade da produção geográfica, através da publicação de artigos. A visibilidade passa por critérios de seletividade, que é controlada por pessoas com acesso a determinadas redes de relacionamentos. No caso da Geografia brasileira, a determinação da consagração do discurso científico brasileiro está centrada na concepção masculina, e também operacionalizada por homens a partir da captação da centralidade em postos hierarquicamente mais importantes que os das mulheres. Contudo, é importante ressaltar que, se a ordem do discurso geográfico brasileiro é masculina, as mulheres, ao operacionalizar os conceitos já consagrados, acabam também por construir a invisibilidade de temas e abordagens de gênero na sua prática cotidiana.

### **Considerações finais**



Este trabalho refletiu sobre a invisibilidade da perspectiva de gênero na Geografia brasileira, tomando como ponto de partida o caso brasileiro. A análise empreendida evidencia a recente feminização da carreira docente e de pesquisa na área de Geografia, nas instituições de ensino superior. Mesmo assim, a Geografia brasileira permanece impermeável às abordagens de gênero. As respostas para essa situação foram encontradas na análise de um sistema de dominação que funciona, cotidianamente, nas organizações legais e institucionais, controladas pela ótica masculina, a qual opera as premissas científicas geográficas, carregadas de elementos estruturais, que funcionam como critério de seleção daquilo que é concebido como saber científico significativo para a Geografia brasileira.

As bases eurocêntricas, a permanência de sujeitos universais e o apego à expressão material do espaço têm sido elementos fundantes da impermeabilidade da perspectiva de gênero na geografia. Contudo, isso não quer dizer que as mulheres, embora invisíveis no discurso científico geográfico brasileiro, não possuam uma existência espacial. O fato de a Geografia não incorporar o temas femininos e o conceito de gênero como instrumentos analíticos não significa que eles não sejam próprios do campo científico.

O mundo não está loteado para ser explorado por campos científicos próprios; ao contrário, a ciência foi responsável pelas divisões do saber da realidade em áreas específicas. Assim, qualquer fenômeno social é passível de ser analisado geograficamente, e o que impede a visibilidade de determinadas abordagens dentro de um campo de saber é a incapacidade das pessoas em ultrapassar os limites da segurança do pré-estabelecido, a repetitiva aplicação de 'técnicas', ou, ainda, a mera operacionalização de conceitos.

A geografia brasileira deve lembrar que um objeto de pesquisa é aquele que objeta, contrapõe e intensifica a dialética entre uma problemática teórica e a experiência desenvolvida em função de uma 'questão' relativa a um dado aspecto da realidade. Mais do que silenciar, desmerecer ou tornar ausentes certos fenômenos sociais, se faz necessário estar alerta quando a realidade nega ou supera nossas teorias.

É dessa forma que avançamos no conhecimento científico geográfico e conquistamos mérito acadêmico frente às demais ciências sociais. Enfim, é urgente a transformação da relação interdependente de elementos estruturais e organizacionais



que erguem barreiras para a disseminação das análises de gênero na Geografia brasileira, pois, só assim serão abertos caminhos alternativos para as versões plurais do conhecimento geográfico.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Roberto Schmidt. O pensamento geográfico do IBGE no contexto do planejamento estatal brasileiro. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C., P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). In: ENCONTRO DE FILOSOFIA E HISTÓRIA DA CIÊNCIA NO CONE SUL, 3., 2004. **Anais...** Campinas: AFHIC, 2004. p. 410-415.

DINIZ, A. M. A. ; CASTRO, José Flávio Moraes . Diferenças sócio-espaciais entre homens e mulheres chefes de domicílio de Belo Horizonte, 2000. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 14/15, n. 26 a 29, p. 189-207, 2003.

FAVERO, Maria de Lurdes Albuquerque. A cátedra e o departamento nas universidades brasileiras. Disponível em: <[www.historia.fcs.ucr.ac.cr/](http://www.historia.fcs.ucr.ac.cr/)>. Acesso em: 28/01/2009

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos avançados**. v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.

LOPES, Maria Margarete. Gênero e ciência no país: exceção à regra? Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/mulheres/13.shtml>>. Acesso em: 15/12/2008.

OLIVEIRA, Z. L. C. ; VIANNA, M. C. S. . Trabalho Feminino e a Situação Familiar da Mulher nas Áreas Metropolitanas de SP, RJ, Porto Alegre e Recife. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 5-48, 1988.

ROSSINI, Rosa Ester. As geografias da modernidade – Geografia e gênero – Mulher, trabalho e família. O exemplo de Ribeirão Preto – SP. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 12, p. 7-26, 1998.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul** (UFSC), v. 22, p. 117-134, 2007.

\_\_\_\_\_. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. **Espaço e Cultura** (UERJ), v. 22, p. 97-109, 2007.



SILVA, Susana Veleda; LAN, Diana. Geography and gender studies: the situation in Brazil and Argentina. **Belgeo**, v. 3, p. 371-382, 2007.

SOARES, Thereza Amélia. Mulheres em ciência e tecnologia: Ascensão limitada. **Química Nova**, v. 24, n. 2, p. 281-285, 2001.

Recebido para publicação em março de 2008

Aprovado para publicação em junho de 2009